

A ASSOCIAÇÃO DA EXPRESSÃO NECESSIDADES ESPECIAIS AO CONCEITO DE DEFICIÊNCIA

THE ASSOCIATION OF THE EXPRESSION SPECIAL NEEDS WITH THE CONCEPT OF DISABILITY

Lilian Fernanda Araya Chateau
Germanna Meirelles Cardoso Fiquene
Patrícia Fukuda de Siqueira Baptista
Beatriz Regina Pereira Saeta
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Sobre os autores

Lilian Fernanda Araya Chateau
Fisioterapeuta pela Universidade Anhembi Morumbi, Especialista em Psicomotricidade pelo ISPEGAE- SP e pela *Organisation Internationale de Psychomotricité et Relaxation* – Paris/ França, Mestranda em Distúrbios do Desenvolvimento da Universidade Presbiteriana Mackenzie. fechato@hotmail.com

Germanna Meirelles C. Fiquene
Fisioterapeuta facultade CEST-MA, especialista em Fisioterapia Cardiorrespiratória pela Faculdade de Medicina da USP, Aprimoramento pelo InCor - HCFMUSP, Mestranda em Distúrbios do Desenvolvimento da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Patrícia Fukuda de S. Baptista
Farmacêutica Bioquímica pela Unicastelo, Mestranda em Distúrbios do Desenvolvimento da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Beatriz Regina Pereira Saeta
Psicóloga pela PUCSP, mestre em Distúrbios do Desenvolvimento pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e doutorado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em

RESUMO

O artigo registra uma reflexão sobre artigos científicos, da área da saúde, que indicam a associação da expressão necessidades especiais ao conceito de deficiência. Este relato sistematizou análise de 69 artigos na língua portuguesa encontrados na base de dados Bireme publicados nos últimos 15 anos cujo tema restringiu-se a crianças. O objetivo foi analisar como o conceito de deficiência associado à expressão necessidades especiais vem sendo utilizado, verificando-se a hipótese de que tais termos são considerados sinônimos, em prejuízo da compreensão e atuação interdisciplinar. Como resultado nota-se que a prática de identificar e classificar pessoas deficientes de acordo com uma condição seja ela permanente ou transitória, de caráter biológico, emocional ou social, para a realização de pesquisas científicas e, associá-la impreterivelmente à uma necessidade especial é algo recorrente na área da saúde.

Palavras-chave: Deficiência, Necessidades Especiais, Interdisciplinaridade, Saúde.

ABSTRACT

This article records a study concerning scientific articles within the health care area which indicated the association of the term special needs with the concept of disability. This report systematized the analysis of 69 articles published in Portuguese found in the Bireme database published in the last 15 years which theme was restricted to children. The objective was to analyze how the concept of disability associated with the term special needs is being used, verifying the hypothesis that such terms are considered synonymous, with the prejudice of understanding and interdisciplinary. As a result it is noted that the practice of identifying and classifying a disabled person according to a condition either permanent or temporary, biological, emotional or social in order to perform scientific research and to associate it to a special need is frequent.

Keywords: Disability, Special Needs, Interdisciplinary, Health.

Distúrbios do Desenvolvimento da
Universidade Presbiteriana
Mackenzie

Apoio Financeiro:
Universidade Presbiteriana
Mackenzie

1- INTRODUÇÃO

A elaboração deste artigo surgiu mediante a realização de um trabalho para uma das disciplinas obrigatórias do Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento da Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM. Sob uma ótica interdisciplinar o curso de Pós-Graduação propõe-se a formar mestres que se interessam em estudar os processos envolvidos no desenvolvimento e atendimento às pessoas com deficiência e / ou com distúrbios do desenvolvimento. Sustentado por três pilares do conhecimento - Educação, Saúde e Psicologia - o curso possibilita um diálogo inter-áreas de modo a pensar em um novo modelo de pesquisa posta a complexidade e abrangência do tema estudado.

Ao longo da história da atenção às pessoas com deficiência encontramos uma variedade de termos que foram se resignificando ao longo dos anos. “Inválidos”, “incapacitados”, “defeituosos”, “excepcionais” são alguns exemplos de termos atribuídos às pessoas com deficiência em diferentes épocas da nossa sociedade. Os termos são considerados corretos em função de valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época, portanto, os termos acima citados foram aceitos, usados e, em dados momentos da história, substituídos. No estudo da evolução histórica sobre o conceito da deficiência encontramos, em 1980, a Organização Mundial de Saúde que propõe a utilização da CIDID - Classificação das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (Handicaps) com intuito de organizar uma linguagem universal a respeito das deficiências. A implementação de uma nova terminologia, “pessoas deficientes” passou a atribuir o valor de pessoa a aqueles que até

então eram desconsiderados como tais pela sociedade. A revisão dessas nominatas teve a preocupação de centrar-se na pessoa e não na deficiência. A CIDID propõe a discussão de três conceitos principais: a deficiência, a incapacidade e a desvantagem.

“A deficiência representa qualquer perda ou anormalidade da estrutura, da função psicológica, fisiológica ou anatômica. A incapacidade corresponde a qualquer redução ou falta (resultante de uma deficiência) de capacidade para exercer uma atividade de forma ou dentro dos limites considerados normais para o ser humano. Desvantagem (Handicap) representa um impedimento sofrido por um dado indivíduo, resultante de uma deficiência ou de uma incapacidade que lhe limita ou lhe impede o desempenho de uma atividade considerada normal para esse indivíduo, tendo como atenção a idade, o sexo e os fatores sócio-culturais. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 1989, p. 35-37).

Neste sentido, o sistema proposto pela CIDID classificava a diversidade corporal como consequência de doenças ou anormalidades, considerando as desvantagens como resultantes da incapacidade da pessoa com deficiência em se adaptar à vida social. De acordo com o documento haveria uma relação de causalidade entre as perdas e/ou anormalidades com as restrições de habilidades, ocasionando, necessariamente, uma desvantagem social.

Essa visão da deficiência, associada prioritariamente a uma questão biológica, sofreu significativas mudanças partir da publicação da CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde) em 2002. Marco importante no debate sobre deficiência, a CIF é um documento de revisão da CIDID que, entre as várias modificações

propostas, traz um novo paradigma para pensar e trabalhar com a deficiência. Assumindo um modelo biopsicossocial, a CIF esclarece a importância de uma avaliação complexa e contextualizada da pessoa, na qual desconsidera a deficiência apenas como uma consequência das condições da saúde/doença. Dessa forma a CIF substitui o enfoque negativo da deficiência por uma perspectiva positiva, identificando as capacidades e funcionalidades nas atividades e na participação social da pessoa. Para tanto a CIF conceitua que:

“Funcionalidade é um termo que, abrange todas as funções do corpo, atividades e participação; de maneira similar. Incapacidade é um termo que abrange deficiências, limitações de atividades ou restrições na participação” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2003, p. 13)

A utilização desse documento tem sido apontada como uma renovação importante. O novo modelo incorpora três dimensões: a biomédica (questões ligadas à saúde e doença); a psicológica (dimensões individuais) e a social (contexto de vida), onde cada dimensão age sobre a outra e sofre ação das demais, sendo todas influenciadas por fatores ambientais. A proposta torna-se complexa e abrangente ao termos uma visão multidisciplinar dada pela CIDID, ao contorno da visão interdisciplinar, proporcionada pela CIF. Entende-se por multidisciplinaridade o fato de duas ou mais áreas caminharem em paralelo em prol de um objetivo e/ou conhecimento em comum, sem haver nenhuma inter-relação entre ambas. Já a interdisciplinaridade abrange uma relação onde necessariamente existe uma interação entre duas ou mais áreas, resultando em enriquecimento recíproco no que diz respeito ao acúmulo de conhecimento, o que, na perspectiva da pessoa com deficiência, é de fato cabível, uma vez que o mesmo requer uma visão holística.

Portanto os estudos voltados à pessoa com deficiência que apresente ou não necessidades especiais, não deve se restringir somente a uma única área de conhecimento, demandando um olhar abrangente relacionada ao

desenvolvimento de suas potencialidades, no intuito de minimizar suas limitações.

“A interdisciplinariedade é considerada uma inter-relação e interação das disciplinas a fim de atingir um objetivo comum. Nesse caso, ocorre uma unificação conceitual dos métodos e estruturas em que as potencialidades das disciplinas são exploradas e ampliadas. Estabelece-se uma interdependência entre as disciplinas, busca-se o diálogo com outras formas de conhecimento e com outras metodologias, com objetivo de construir um novo conhecimento. Dessa maneira a interdisciplinariedade se apresenta como resposta à diversidade, à complexidade e à dinâmica do mundo atual. (VILELA; MENDES, 2003, p. 529)

Nesse sentido, a possibilidade de um diálogo inter-áreas contribui para a busca por respostas coletivas e individuais na atenção às pessoas com deficiência na sociedade. Portanto a investigação proposta neste artigo mobiliza-se no intuito de verificar como a expressão necessidades especiais, associada ao conceito de deficiência, pode nos levar a cometer equívocos ao nos referirmos a esta parcela da população.

Mazzota (1997) pontua com clareza o que caracteriza uma deficiência e o que são as necessidades especiais. De acordo com o autor:

“É em relação ao meio onde vive a pessoa, à situação individual e à atitude da sociedade, que uma condição é ou não considerada uma deficiência, uma vez que os problemas que assim a caracterizam decorrem das respostas da pessoa às exigências do meio.” (MAZZOTTA, 1997 p. 14).

A existência de uma deficiência não faz necessariamente que a pessoa necessite de um recurso diferenciado. As necessidades especiais não são decorrentes, somente, da condição individual da deficiência, e sim, da relação dinâmica que se estabelece entre a pessoa e o meio em que ela atua, levando em consideração a disponibilidade de recursos e a adaptabilidade ao/e do ambiente. De acordo com o autor:

“O tipo e o grau da deficiência, bem como os efeitos por ela acarretados, além das condições gerais dos serviços (...), é que irão servir de indicadores das necessidades ou não da utilização de auxílio e serviços especiais. (MAZZOTTA, 1997, p. 18)

Portanto, não identificamos as relações diretas entre o conceito de deficiência e a expressão necessidades especiais. Esta, assim como outras expressões e terminologias que fizeram parte da história da atenção às pessoas com deficiência, surge na tentativa de corrigir e/ou substituir termos, até então utilizados. A expressão necessidades especiais, utilizada desde a década de 60, na busca de especificidades de intervenções em auxílio às pessoas com deficiência, tem elaborado novas terminologias a fim de especificar seus âmbitos de atuação. Adotada na área educacional, quando em 2001, o Conselho Nacional de Educação / Câmara da Educação Básica promulga a Resolução nº 2, de 11/09/01, com base no Parecer CNE/CEB nº 17/2001, homologado pelo MEC em 15/8/01, utilizou-se a expressão “necessidades educacionais especiais”.

Em junho de 1994, com a Declaração de Salamanca, a expressão necessidades especiais destacou-se ainda mais e passou a obter significativa adesão no meio político, social, educacional, na saúde, no contexto acadêmico e até mesmo no senso comum. O avanço pelo direito da pessoa com deficiência à educação foi um marco importância na história das conquistas pelos direitos dessa parcela da população. Documento mundialmente reconhecido, a Declaração de Salamanca preconiza a educação inclusiva para todos e a expressão necessidades especiais, em particular, obteve franca adesão por parte do sistema educacional e despontou como um grande achado no sentido de alargar os horizontes da educação especial. Na tentativa de atenuar ou neutralizar aceções negativas de outros conceitos e expressões adotadas para distinguir seu alunado, de acordo com Mazzotta (1996) entende-se por necessidades educacionais especiais o que todo e qualquer aluno pode apresentar temporária ou definitiva independentemente do mesmo apresentar uma deficiência. A expressão necessidades especiais passou, portanto, a ser um valor agregado tanto à pessoa com deficiência quanto a outras pessoas.

Neste sentido e, considerando o aprofundamento teórico até então abordados do conceito de deficiência e da expressão necessidades especiais e, na perspectiva interdisciplinar no que se refere à temática da deficiência, investigamos na base de dados Bireme, referência nacional na área da saúde, como os artigos científicos trazem no decorrer de seus estudos a associação da expressão necessidades especiais com o conceito de deficiência.

A Bireme é uma biblioteca virtual em saúde (BVS), referência em pesquisas nessa área, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento e democratização ao acesso à informação científica e técnica em saúde, legislação e intercâmbio de conhecimento em prol da contínua melhoria dos sistemas de saúde, educação e pesquisa. Dentre seus objetivos, a Bireme propõe-se a contribuir com o desenvolvimento de terminologias científicas e técnicas em saúde nos mais diversos idiomas no intuito de promover e criar o ensino e a pesquisa continuada por meio das novas formas de comunicação, como a internet.

2. OBJETIVO

Verificar como a expressão necessidades especiais vem sendo associada ao conceito de deficiência, em trabalhos científicos na área da saúde, no período de 2004 a 2010.

3. MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada a partir de busca sistematizada nas bases de dados Bireme, que utilizando o campo chave para a pesquisa de artigos científicos, foram inseridas simultaneamente as duas terminologias: deficiência e necessidades especiais. Foram relacionados um total de 7.982 artigos.

Na primeira etapa estabeleceram-se os critérios para análise dos artigos. Num total de 7.982, definiu-se a amostra através dos seguintes critérios: escritos na língua portuguesa e

referindo-se a estudos nacionais. A amostra indicou um total de 535 artigos. Numa segunda etapa, utilizou-se a ferramenta da Bireme – filtro – que categoriza os estudos em assuntos, definimos que, para nossa pesquisa, seriam analisados artigos referentes a crianças. Nesta etapa a amostra totalizou 69 artigos.

A terceira etapa consistiu-se na leitura minuciosa dos 69 resumos selecionados. A proposta inicial de análise da associação entre expressão necessidades especiais e o conceito de deficiência restringiram-se inicialmente à leitura dos resumos, os que não foram passíveis de análise imediata, foram lidos na íntegra. Portanto dos 69 artigos pré-selecionados, 11 foram excluídos sendo: 6 por se tratarem de produções datadas antes de 1994 (ano de publicação da Declaração de Salamanca); 1 devido impossibilidade de análise através do resumo e por não se encontrar disponível na íntegra; 1 por estar disponível somente na língua inglesa; 3 por pertencerem a outras áreas, sendo um da área de letras, outro de administração e um de comunicação social, perfazendo um total de 58 estudos. A existência de estudos em outras áreas que não a da saúde, educação e psicologia, como jornalismo, administração e letras, com enfoque na pessoa com deficiência denota a importante perspectiva interdisciplinar que o tema possui.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No intuito de verificar como a área da saúde traz no decorrer de seus estudos a associação da expressão necessidades especiais com o conceito de deficiência, subdivididos os 58 artigos em três áreas do conhecimento: saúde, educação e psicologia.

Na área da saúde foram encontrados 41 artigos cuja temática voltava-se para identificação e diagnóstico, bem como a caracterização dos diferentes quadros clínicos na perspectiva do desenvolvimento atípico. Em sua maioria nota-se a utilização de termos diagnósticos,

avaliativos e classificatórios, com uma equivalência de significado, que sugere atribuir as diferenças unicamente à presença de uma deficiência, enfatizando a classificação das características observadas. Nesse sentido a expressão necessidades especiais encontra-se impreterivelmente associada a uma perda decorrente de uma deficiência, sugerindo uma relação direta de causa e consequência, o que leva a concluir que toda pessoa deficiente necessariamente apresenta uma necessidade especial. Dessa forma, grande parte dos estudos, não enfatiza, tampouco faz referência, à relação da pessoa com o ambiente. Não enfocando capacidades e funcionalidades que tais pessoas possam vir a desempenhar, independentemente de sua condição.

Nos estudos da área da saúde encontramos a utilização das expressões “portador de deficiência” e nos mais recentes estudos “portador de necessidades especiais”. No Brasil, o termo portador de deficiência ganhou força a partir de 1986. Adotado nas Constituições federais, estaduais, em todas as leis e políticas pertinentes ao campo das deficiências, a expressão portador de deficiência é muito utilizada, ainda que ela tenha caído na armadilha do léxico que aprisiona a pessoa ao desconforto de portar ou carregar uma deficiência ou necessidade.

Na área da educação foram encontrados 9 artigos que abordam na maioria a associação da expressão necessidades especiais e o conceito da deficiência correlacionados à escolarização de alunos com deficiência ou distúrbio do desenvolvimento. O foco em grande parte dos estudos volta-se para a abordagem de métodos e técnicas de avaliação da aprendizagem e de ensino. Descrevem os fatores de interferência na inclusão e no aproveitamento escolar desse alunado, além de descreverem e propor discussões reflexivas das políticas públicas. Os estudos da área educacional abordam a temática da inclusão de crianças deficientes, e para tanto, utilizam a expressão necessidades educacionais especiais para referir-se a esse alunado. Observamos que no transcorrer desses estudos

há uma reflexão sobre as necessidades especiais, contemplando a ideia de que todo e qualquer aluno pode apresentar temporária ou definitiva uma necessidades educacional especial, independentemente do mesmo apresentar uma deficiência.

Foram encontrados um total de 8 artigos na área da psicologia, onde 2 estudos apresentaram associação entre a expressão necessidades especiais e o conceito de deficiência. Vale lembrar que os mesmos trabalham principalmente na área da neuropsicologia. Pode-se perceber que os mesmos focam na temática em torno do próprio sujeito, da família e situações sociais. Os estudos transcorrem as interações presentes nas relações envolvendo pessoas deficientes ou com distúrbios do desenvolvimento. Trazem para discussão temas referentes a procedimento de avaliações e intervenções na área específica. O olhar da psicologia para a pessoa com deficiência trabalha dentro de uma perspectiva de diagnóstico precoce dos possíveis transtornos psicossociais e de comportamentos que possam estar presentes nessa população. Portanto a proposta de um diagnóstico precoce gera condições de uma intervenção hábil e adequada, direcionada para cada indivíduo em questão, avaliando se o mesmo apresenta ou não uma necessidade especial. Para que tal processo transcorra, é necessário o uso de uma abordagem correta durante o processo de avaliação, diagnóstico e abordagem específica, avaliando se o mesmo requer ou não uma necessidade especial.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assuntos relacionados às pessoas com deficiências que apresentem ou não necessidades especiais, vem sendo cada vez mais discutidos na atualidade. Devido a complexidade da temática, sabe-se portanto que a demanda de conhecimento não se restringe a uma única área específica, sugerindo portanto um olhar mais abrangente e interdisciplinar.

A prática de empregar termos menos estigmatizantes, mais gentis e menos carregados emocionalmente, em substituição aos mais antigos, que adquiriram conotações de desamparo e desesperança é o caminho percorrido para se chegar a uma conceituação mais precisa, científica e qualitativamente aceitável. O caminho das mudanças nos conceitos, termos e expressões é longo e enviesado. Reside do fato de que em cada época são utilizados termos compatíveis com os valores vigentes da sociedade. Entretanto, esta evolui, se modifica e se transforma ininterruptamente.

Em termos práticos, no intuito de contribuir para novos estudos das implicações práticas sobre deficiência e necessidades especiais, observamos que as pesquisas científicas se voltam para a categorização de indivíduos que tenham características semelhantes, sejam elas de ordem comportamental, motora, emocional e/ou social. Os rótulos não devem servir como base para produção de novos estereótipos sobre os indivíduos. As pesquisas devem avançar com compromisso de desmistificar diferenças e desafiar estereótipos diferentes sobre os indivíduos e não apenas constatar diferenças individuais, interpretadas como se fossem inerentes à condição de uma deficiência em estudo. Assim, qualquer desempenho ou organização atípica de desenvolvimento encontrado não pode ser atribuído à deficiência em questão, tampouco generalizada para toda a população enquadrada nessa mesma condição.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAZIL. Conferência mundial sobre necessidades educacionais especiais. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

MAZZOTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTA, M. J. S. **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo: Pioneira, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (Handicaps): manual de classificação das conseqüências das doenças**. Lisboa: Secretaria Nacional de Reabilitação, 1989.

_____. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. São Paulo: EDUSP, 2003.

VILELE, E. M.; MENDES, I. J. M. Interdisciplinaridade e Saúde: Estudo Bibliográfico. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. v. 11, n. 04, p. 525-531, 2003.